

O PAPEL DO PROFESSOR E A DIVERSIDADE LINGUÍSTICA DOS ALUNOS

Rosivania Santos Gonçalves¹

Cleide de Matos Miranda²

Ciro Carlos Antunes³

RESUMO: A diversidade na variação linguística constitui-se em um fenômeno natural em qualquer língua, porém tal fato não é compreendido pela grande maioria da população brasileira que acredita ser a língua do Brasil um objeto homogêneo, inflexível e invariável. Nesse sentido, sabe-se que no meio escolar, na maioria das vezes, a diversidade da língua é ignorada tanto pelo professor quanto pelos colegas de um grupo falante da variante dita padrão. Por essa razão, verifica-se que há falta de preparo teórico-metodológico para o professor lidar com um fenômeno comum *in loco*, entretanto incompreendido pela sociedade. Não obstante, a escola passou a ser um ambiente voltado à reflexão e o docente passou a atuar como mediador da aprendizagem, ao saber respeitar e interagir com as diferenças étnicas, culturais, sociais e econômicas do alunado. Espera-se, com este estudo bibliográfico qualitativo motivar o professor a inovar as suas práticas letivas a partir de ferramentas úteis para o trabalho com a língua de forma consciente e inovadora, no sentido de romper com o preconceito linguístico e de conceber a linguagem como forma de interação social, abordando não só a norma padrão, mas as variedades linguísticas da língua portuguesa existente, no Brasil.

Palavras-chave: Variação linguística; Qualificação Profissional; Aprendizagem.

ABSTRACT: Diversity in linguistic variation constitutes a natural phenomenon in any language, but this fact is not understood by the vast majority of the Brazilian population who believe that the Brazilian language is a homogeneous, inflexible and invariable object. In this sense, it is known that in the middle school, most of the time, the diversity of the language is ignored by both the teacher and the colleagues of a group of speakers of the variant called the standard. For this reason, it is verified that there is a lack of theoretical-methodological preparation for the teacher to deal with a common phenomenon *in loco*, however misunderstood by society. Nevertheless, the school became an environment for reflection and the teacher began to act as a mediator of learning, knowing how to respect and interact with the ethnic, cultural, social and economic differences of the student. It is hoped that with this qualitative bibliographical study motivate the teacher to innovate his / her learner practices from useful tools to work with the language in a conscious and innovative way, in the sense of breaking with the linguistic prejudice and of conceiving the language like form social interaction, addressing not only the standard but the linguistic varieties of the Portuguese language.

Keywords: Linguistic variation; Professional qualification; Learning.

¹ Acadêmica do curso Letras – Português da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Campus de Unaí, em Minas Gerais.

² Acadêmica do curso Letras – Português da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Campus de Unaí, em Minas Gerais.

³ Mestre em Língua Portuguesa pela PUC-SP. Pós-graduado em: Mídias na Educação pela UNIMONTES e Coordenação Pedagógica pela Universidade Federal de Viçosa (UFV). Professor de Educação Superior pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). E-mail: c.alburquerque@bol.com.br.

A linguagem é, por natureza, um objeto sujeito a alterações, por ser uma parte constitutiva do ser humano e da cultura na qual este se insere. A língua de um povo constitui-se como um dos seus bens imateriais para a nação e para o comércio exterior de grande valia. É pela língua que se dão as relações de poder e dominação, os consensos, as discórdias, as transmissões culturais de uma nação.

Nesse sentido, sabe-se que a diversidade linguística, no espaço escolar, começou há décadas, desde a inserção da classe popular dentro da escola, mas tem aumentado em número de alunos e em quantidade de línguas diferentes nos últimos anos. Os professores revelam grande capacidade de criar estratégias que promovem o domínio do português nos alunos falantes da língua nacional como para estrangeiros, mas estas questões precisam de debates e discursões no âmbito nacional.

Antunes (2012, p. 35) afirma que “as Políticas Linguísticas, no Brasil, podem ser lidas também como Políticas de Línguas no Brasil, pois, em geral, quando se fala em política linguística, já se dão como pressupostas as teorias e a existência da língua como tal”.

Antunes (2012, p. 35) define que:

[...] a linguagem é um fato social, não é um fato natural ou de propriedade biológica; a linguagem é uma instituição de invenção humana, um instrumento de comunicação, um conjunto de signos convencionais que só se ligam ao conceito de significantes e significados – a linguagem compreende um conjunto de sons articulados e também um sistema de estrutura altamente complexa e simétrica.

Na perspectiva em que estamos analisando a língua, considerando as primeiras manifestações e políticas de língua, a questão que se coloca é: que discursos sobre a língua são admitidos como verdadeiros, determinando em um conjunto de práticas, e que práticas sociais são essas?

Segundo o autor a língua materna contribui para o desenvolvimento cognitivo das crianças e para o reforço da sua identidade cultural. Além disso, esta é uma forma de não se restringir o estudo das línguas à aprendizagem exclusiva do inglês como língua estrangeira moderna ensinada, no Brasil e o ensino do português como língua nacional.

Trata-se de um tipo muito importante para a abordagem em sala de aula, pois neste tópico é possível ensinar ao aluno a possibilidade de utilizar formas

coloquiais e a necessidade de aprender formas mais elaboradas, devido à situação interativa.

Afinal, o ensino de língua portuguesa quer para nativos quer para estrangeiros passa para o crivo da reflexão e da análise sobre o ensino e a prática metodológica do professor. Ele é o responsável pela elaboração, pesquisa e consolidação do ato de apreender em seu aluno. Por esse viés, verifica-se as etapas de conhecimento que a engeharam e que se constituem, conforme Bastos e Palma (2006, pp. 11-12), à medida que:

[...] a busca das interferências, a indicação das adequações necessárias e os princípios científicos vinculados a determinados contextos espaço-temporais, traçando, então, o percurso do Português no período Histórico comparativo, relacionado o ensino de língua materna e gramáticas tradicionais [...], baseadas num discurso sobre o passado, sem que mencionemos a história dos fatos passados como mero registro da história, mas considerando-os como a dimensão externa a ser investigada e adotando uma postura de historiógrafos diante das gramáticas e do ensino de Língua Portuguesa.

Para as autoras é preciso compreender o principal começo que engloba as correntes filosóficas, políticas, econômicas, científicas e artísticas, que marca uma ocasião histórica, por que nela se constitui o ambiente de juízo cultural da era em que um certo axioma se desenvolveu, clima desenvolvido pelo apoio e pela abdicação de legitimidade, a começar da revisão de paradigmas.

Nesse sentido, pretende-se como objetivo primordial, apoiada na fundamentação teórica levantada por diversos autores, oferecer subsídios para a reflexão e a abordagem do *Parâmetro Curricular Nacional de língua portuguesa* em relação às variações linguísticas e como essa influência na aquisição da escrita. Desse modo, sabe-se que não há pretensão de esgotar os desafios e nem tornar o tema exaustivo porque as possibilidades envolvidas na temática proposta, traz à luz a estrutura do texto em sua tipologia *stricta a priori* de modo a discorrer-se sobre a sociolinguística e como essa é trabalhada em sala de aula.

Nesse sentido, Antunes (2015) define que o papel do professor de língua portuguesa é levar o aluno ao contato com diversos gêneros orais e escritos, propiciando a percepção da linguagem e adequando essa para o convívio social nas relações interpessoais face a face.

Desse modo, a sociolinguística e a diversidade na língua no ensino-aprendizagem torna-se a disciplina que analisa as semelhanças em meio a língua e os elementos sociais.

Por essa razão, a língua é indispensável na formação de fronteiras de uma sociedade que têm suas variações dentro de seu território a partir dos estratos e superstratos linguísticos da língua.

Na perspectiva em que se reflete este trabalho percebe-se que o Parâmetro Curricular Nacional de língua portuguesa anos finais do Ensino Fundamental (BRASIL, 1998, p.18) expõe-se uma orientação sobre o trabalho com a variação linguística na escola.

Entre as críticas mais frequentes que se faziam ao ensino tradicional destacavam-se: a excessiva valorização da gramática normativa e a insistência nas regras de exceção, com o conseqüente preconceito contra as formas de oralidade e as variedades não padrão; [...] É neste período que ganha espaço um conjunto de teses que passam a ser incorporadas e admitidas, pelo menos em teoria, por instâncias públicas oficiais. A divulgação dessas teses desencadeou um esforço de revisão das práticas de ensino da língua, na direção de orientá-las para a ressignificação da noção de erro, para a admissão das variedades linguísticas próprias dos alunos, muitas delas marcadas pelo estigma social, e para a valorização das hipóteses linguísticas elaboradas pelos alunos no processo de reflexão sobre a linguagem e para o trabalho com textos reais, ao invés de textos especialmente construídos para o aprendizado da escrita.

Para esse documento o sistema educacional tem como objetivo principal uma educação democrática que possa proporcionar a todos aos alunos o acesso real de saberes linguísticos necessários para saber interagir em seus papéis sociais.

Brasil (2000, p. 22) reitera que:

A escola não pode garantir o uso da linguagem fora do seu espaço, mas deve garantir tal exercício de uso amplo no seu espaço, como forma de instrumentalizar o aluno para o seu desempenho social. Armá-lo para poder competir em situação de igualdade com aqueles que julgam ter o domínio social da língua.

Por esse viés, entende-se que uma das principais causas de um ensino de língua nacional mal orientado, na escola tradicional, é o pressuposto de que o aluno não sabe a língua. De acordo Brasil (2000) é responsabilidade da escola proporcionar os diversos saberes linguísticos aos seus alunos, porém o sistema brasileiro educacional visa um aluno apto a ser aprovado em concursos, seja vestibular ou qualquer outro exame de provas externas cobra a norma padrão e por

esse motivo as variações linguísticas não são ensinadas de forma adequada, mas na prática letiva do professor é lecionada em aulas pontuais por que, no geral, é ensinada à língua padrão ou norma culta.

Nesse sentido, Bagno (2003, p.16) afirma que:

a verdade é que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não por causa da grande extensão territorial do país que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito, mas principalmente por causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo mundo.

Conforme o autor, é de fundamental importância construir uma maneira adequada de como trabalhar a variação linguística em sala de aula, uma questão que parece exaurida, mas que ainda há o quê pesquisar a partir das bases teóricas existentes para o ensino de língua portuguesa em sala de aula para que os objetivos do ensino da língua nacional sejam cumpridos e diminua a presença do preconceito linguístico, conseqüentemente, desenvolva no aluno a competência comunicativa em seus diferentes contextos discursivos.

Para Bagno (1999, p. 15):

A escola geralmente não reconhece a verdadeira diversidade do português falado no Brasil, impondo assim, sua linguística como se ela fosse, de fato, a língua comum a todos 160 milhões de brasileiros, independentemente de sua idade, de sua origem geográfica, de sua situação socioeconômica, de grau de escolarização.

Segundo o autor a escola homogeneíza todos os alunos por ano de escolaridade dentro de um bloco de estudo. Nesse sentido, percebe-se que cada indivíduo tem seu ritmo e interesses próprios, principalmente, quando trabalha-se com domínio de conteúdo e práticas inovadoras de ensino. A postura do professor frente a classe traz em seu bojo a moral e a ética profissional para motivar o aluno a apreender a partir da sensibilidade auditiva, gráfica e visual para a arte de aprender as belas letras com oratória fluente. Desse modo, o professor chama a atenção quando ele usa a linguagem elaborada – formal – português culto e as suas variantes linguísticas.

Para além de ser imprescindível superar preconceitos, resistências e convicções pessoais sobre a variação linguística, há distintos empecilhos, especificamente, o não prestígio das capacidades do professor mediante a sua prática letiva para a progresso da performance docente, a argumentação da ausência de tempo e de horários conciliáveis para fazer a ressalva de aulas e do trabalho demasiado nas escolas, salas de aulas traz dificuldades para a pesquisa e a aprendizagem daquele que precisa saber para exteriorizar aos alunos o conhecimento mínimo necessário para a aprendizagem discente. Por essa razão, a escola encontra-se deficiente e os alunos sem desnivelamento do saber dos anos anteriores que ele se encontra no atual momento de estudo.

Cabe ao professor ser o supervisor e reorganizador do conhecimento para a classe e não para o aluno, à medida que o currículo é elaborado por ano escolar e não por indivíduo como é prescrito pelas leis e documentos oficiais federais, estadual e institucional pode ser visto na *Constituição Federal*, de 1988; *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* (Lei nº 9.394/96), de 1996; *Parâmetros Curriculares Nacionais*, de 2002; e *Conteúdo Básico Comum de Minas Gerais de Língua Portuguesa*, de 2008.

Nesse sentido, Preti (1982, p. 27) corrobora ao afirmar que:

o dialeto culto serve diretamente às intenções do ensino, no sentido de padronizar a língua, criando condições ideais de comunicação entre as várias áreas geográficas e também propiciando aos estudantes meios para a leitura e compreensão dos textos.

Desse modo, pode-se observar que a propagação do ciência de variedade linguística de maior prestígio está fundamentada na memória da gramatical normativa estabelece um procedimento que dissimula intensamente todos aqueles que por ele incidem. Por imediato, os que não ficam sem sucesso neste artifício são calhados como os desiguais. No entanto, a coletividade perde que esta disputa é a efeito de uma ensino formal de baixa atributo. Esta instrução não aparelha os estudantes de certos modelos que lhes admitiriam distinguir com mais perfeição as maneiras sociais da desigualdade. Por essa razão, pondera-se que é imprescindível que os professores encerrem acesso aos cognitivos linguísticos, seja eles: sociolinguísticos e psicolinguísticos e que lhes admitam basear de modo crítico a sua prática pedagógica.

Sobre tal assunto, para Cagliari (1990, p. 48):

A escola não pode tomar a atitude linguística de que vale tudo, de que não existe o certo e o errado, porque tudo comunica [...]. A língua é falada por pessoas e as pessoas usam e abusam da língua, inclusive para justificar seus preconceitos. Portanto, a escola tem que fazer do ensino de português uma forma de o aluno compreender melhor a sociedade em que vivemos, o que ela espera de cada um linguisticamente (sic) e o que podemos fazer usando essa ou aquela variedade do português.

Sobre tal assunto, para Naro (2008) a conjectura principal do disciplina da mudança no uso do idioma é o de que a desigualdade linguística, igual a homogeneidade, não é contingente, porém condicionada, conduzida por um contíguo de normas. Nesse sentido, há determinantes que forcem o usuário da língua a usar certas formas sintáticas, por exemplo: “de casa” e “casa de”. É sabido que há regras mudáveis que obram para beneficiar ou desproteger, igualmente e com conceitos peculiares, o modo de uma ou distinta das configurações em cada conjuntura de uso da língua.

Antunes (2008) concluem que a variação linguística está presente em todas as línguas naturais, constituindo-se, portanto, um objeto de estudo considerado pela Sociolinguística que a entende como um princípio geral e universal que pode ser analisada e descrita cientificamente.

Nesse sentido, Antunes (2014, p. 13) define que:

[...] as políticas de língua, adotadas em um país, compete ao Estado determinar o conjunto de regras que são oficializadas na nação, para construir uma unidade na diversidade de variedades/variações de usos nacionais.

Com o fenômeno da globalização, tornou-se importante determinar as línguas mais faladas no planeta. A língua portuguesa é a sétima língua mais falada no mundo; todavia, os países lusófonos não estão integrados por uma única política de língua. Nesse sentido, Portugal, tomando a dianteira, passou a se preocupar com uma política de unificação lusófona. Entre os países de língua portuguesa, o Brasil é o que mais esteve distanciado da política linguística portuguesa. As causas são históricas, pois, devido ao distanciamento geográfico e às mudanças causadas pelos períodos Colônia, Império e República, o partido brasileiro passou a se sobressair em relação ao partido português, no território brasileiro.

Portanto, sabe-se que, no Brasil, a língua oficial é o português e pela dimensão transcontinental não há uniformidade do idioma nos falares regionais ou estaduais, observa-se que a homogeneidade existe na norma padrão, do registro culto da língua. Contudo, todas as variedades, do ponto de vista da estrutura

linguística, são perfeitas e completas entre si, e, por si só, define essas variações regional, estadual e nacional.

Bagno (2003, p. 16) afirma:

[...] que no Brasil, embora a língua falada pela grande maioria da população seja o português, esse português apresenta um alto grau de diversidade e de variabilidade, não por causa da grande extensão territorial do país - que gera as diferenças regionais, bastante conhecidas e também vítimas, algumas delas, de muito preconceito, mas principalmente na causa da trágica injustiça social que faz do Brasil o segundo país com a pior distribuição de renda em todo mundo.

Pode-se perceber que o preconceito linguístico socioeconômico é um fator social. Assim, cabe à escola interagir e aplicar uso dessas variantes linguísticas para que se amplie a visão de mundo do educando e para que o aluno seja culto, e. sujeito de seus papéis sociais distintos.

Assim, para Brasil (1998) estes exercícios significam colocar os alunos em situações reais de interlocução, apenas ouvido, ou participando ativamente, com ou sem interferência, à medida que proporcione aos alunos conhecimentos teóricos e práticos acerca da produção oral, ao adaptar o aluno a apreender as capacidades comunicativas para uma efetiva participação social. Nota-se que isso é evidenciado no PCN de língua portuguesa anos finais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, Brasil (1997, p. 32) infere que:

as instituições sociais fazem diferentes usos da linguagem oral: um cientista, um político, um religioso, um feirante, um repórter, um radialista, enfim todos aqueles que tomam a palavra para falar em voz alta, utilizam diferentes registros em razão das também diferentes instâncias nas quais essa prática se realiza. Cabe à escola ensinar o aluno a utilizar a linguagem oral nas diversas situações comunicativas, especialmente nas mais formais.

Segundo Brasil o sujeito tem papéis sociais diversos e usa a língua de acordo o ambiente que está inserido. Por essa razão, valorizar a língua materna é evitar a discriminação entre a variante linguística presente na escola e proporcionar reflexão acerca dessa contingência de variedades para que o aluno seja esclarecido e formado em sua plenitude de saber sobre essa ciência. Nesse sentido, entende-se que a escola não seja omissa e compactua com a exclusão social. Mas que seja um

ambiente de transformações humanas para as relações interpessoais face a face desde criança até a idade adulta, conforme Bagno (1999, p. 18-19):

É preciso, portanto, que a escola e todas as demais instituições estejam voltadas para a educação e a cultura abandone esse mito da 'unidade' do português e passem a reconhecer a verdadeira diversidade linguística de nosso país para planejarem suas políticas de ação junto à população amplamente marginalizada dos falantes das variedades não padrão. O reconhecimento da existência de muitas normas linguísticas diferentes é fundamental para que o ensino em nossas escolas seja consequente com o fato comprovado de que a norma linguística ensinada na sala de aula é, em muitas situações, uma verdadeira "língua estrangeira" para o aluno que chega a escola proveniente de ambientes sociais onde a norma linguística empregada no cotidiano é uma variedade de português não padrão.

De acordo Bagno o ensino de português deve ser plural e para isso é preciso rever os documentos que homogeneiza a Educação Básica, por exemplo, LDBE e CBC. De acordo com Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBE), os conteúdos curriculares devem ser de Base Nacional Comum, mas, essa equidade ríspida não soluciona a problemática que tem como base a classe social sem prestígio socioeconômico que faz uso da variação sem prestígio e ao adentrar à escola ouve e ler um outro português não corriqueiro, mas de prestígio social diferente do que aprendera.

A Lei número 9.394, de 1996, no artigo 26 (BRASIL, 1996, p. 171) endossa que:

os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

A partir desse princípio entende-se que o gestor da unidade escolar pode consolidar essas variantes linguísticas na parte diversificada ao fazer um projeto e elaboração de uma disciplina que possa atender essa flexibilidade de conteúdo. No entanto, à escola deve-se adequar os conteúdos a realidade dos alunos para que se possa contribuir para a aprendizagem em massa e com alto índice de desenvolvimento humano, ou desenvolvimento intelectual notório ao saber fazer ser e ser.

Mesmo com a lei que ampara essa proposta de ensino o gestor ou diretor escolar que é um professor não vive e não traz esse paradigma para a sala de aula em aulas anuais para que os professores de língua portuguesa trabalhem nessa perspectiva de variação linguística.

Segundo Rohden (2005, p. 91):

[...] o maior dos males é este: não temos educadores que possuam suficiente experiência própria para poderem servir de diretores aos outros. Não basta ter lido ou ouvido a verdade; não basta professar teorias certas sobre a verdade. Quem não viveu e sofreu e saboreou a verdade, em toda a sua plenitude, amplitude e profundidade, esse não pode ser educador eficiente, porque não é suficientemente educado.

Nesse certame, é importante que as instituições de ensino e as políticas públicas educacionais priorizem a formação e a capacitação dos professores. Normalmente, os professores ensinam o que eles aprendem mesmo que de forma deficitária na academia não se pode esquecer que os conteúdos linguísticos demandam tempo e pesquisa para a sua aprendizagem. Enquanto que em sala de aula, exige que o professor seja dinâmico para efetivar o processo de ensino mediante as ponderações e intervenções aplicadas a classe estudantil.

Do mesmo modo o professor não pode ver sua formação como suficiente, deve estar disposto a filiar-se ao regime de formação continuada como diz Freire (1996, p. 85) “como professor devo saber que sem a minha curiosidade que me move, que me inquieta, que me insere na busca, não aprendo nem ensino”.

Na atualidade, todo professor tem que ter formação específica na área que atua, no entanto, acredita-se que todo docente deveria ter formação pedagógica. A Pedagogia é fundamental nas descobertas das dificuldades no ensino e aprendizagem, além de ser ferramenta primordial na resolução dessas dificuldades, é o que afirma Rohden (2005, p. 88):

[...] o educador não pode nem deve transmitir ao educando todas as grandes verdades sobre a natureza humana – mas o certo é que ele mesmo deve possuir pleno conhecimento e profunda experiência das bases metafísicas e místicas da pedagogia educacional.

Mediante a ponderação supracitada entende-se que o professor precisa mediar de acordo a faixa etária e o nível de intelectualidade da classe para que o aluno aprenda de forma a aperfeiçoar novos conceitos didáticos e científicos. Da

esse modo, o professor precisa ter um conhecimento complexo e elaborado de sua prática letiva para ensinar a classe de alunos os conceitos pertinentes ao ano de escolaridade.

A língua é considerada um objeto histórico, possível de transformações e acompanha a evolução da humanidade em um espaço-tempo, portanto, se modifica no tempo e se diversifica no espaço. A linguagem padrão que é ensinada nas escolas é muitas vezes reconhecida como a única forma correta de se comunicar.

Ao finalizar estas breves reflexões, é importante identificar a compreensão de que, quanto maior a exposição às variedades linguísticas, aos falares, e às diversidades culturais, mais lhe enriquece como pessoa sábia de intelectual desenvolvido nas ciências humanas.

Contudo, isso se pode dizer que o dialeto difere de cada região, a língua varia conforme as tradições históricas, os falares regionais, que se depara em diversas situações, por que as variações linguísticas se fortalecem e se desenvolvem por seus membros à medida que elas assumem novos dialetos.

De acordo Brasil (1997, p. 30):

Cabe à escola viabilizar o acesso do aluno ao universo dos textos que circulam socialmente, ensinar a produzi-los e a interpretá-los. Isso inclui os textos das diferentes disciplinas, com os quais o aluno se defronta sistematicamente no cotidiano escolar e, mesmo assim, não consegue manejar, pois não há um trabalho planejado com essa finalidade.

Desta forma, é importante que o professor promova integração, de modo que os alunos consigam compreender as diferenças existentes na língua portuguesa. Assim, conhecer e expressar essa diversidade é fundamental para compreender a língua como um processo vivo, sempre em transformação. Além disso, considerar, comparar e valorizar as variedades orais é uma forma de combater o preconceito linguístico, prática que deprecia o diferente e ainda, hoje, exclui milhões de pessoas do acesso aos bens da cultura letrada.

Percebe-se, a importância de se trabalhar o preconceito linguístico na escola, a fim de proporcionar conhecimento aos alunos, professores e estes venham com o tempo compreender, e, valorizar as diversidades linguísticas do falante. Por esse prisma, acredita-se que todas as pessoas que compõe a escola deva conhecer o que é preconceito linguístico para respeitar as diferenças e o respeito entre os membros escolares, para tanto, combater o preconceito linguístico no âmbito escolar

só é possível quando conhece à língua e a sua estrutura com as variantes linguísticas.

Mediante o desenvolvimento da pesquisa observou-se que o aluno que provém de famílias menos favorecidas, detém falas estigmatizadas e a forma, normalmente, prestigiada é aquela das pessoas que desfrutam do poder social e econômico da elite brasileira. É-se, nesse contexto, que a escola deve contribuir para adequar a linguagem e a escrita desses alunos ao uso plural da língua oral e escrita. Conseqüentemente, evita que o discente sofra algum tipo de preconceito linguístico e passa a ter conhecimento de todas as variantes linguísticas existentes, tal qual a de prestígio social de uso do governo e dos doutos da língua, seja ele, literário, filólogo ou linguista.

Sendo assim, a língua portuguesa brasileira é fluida e por essa razão, ela se apresenta de forma variável e se esbarra no crivo do processo de variação por expressar à diversidade dos grupos sociais que a falam.

O ensino de língua portuguesa incide por múltiplas modificações a partir da década de 80 e 90 e, na atualidade, assiste-se um amplo empenho acerca das finalidades que o ensino de língua privilegia, ao ter por apoio, especialmente, os parâmetros e as orientações curriculares nacionais, estaduais e locais. Estas informações recomendam transformações na expectativa teórico-prática as quais são imperativas à qualidade do ensino que se carece proporcionar à sociedade. E, nesta probabilidade, para concluir, propõe-se que é necessário rever neste trabalho é a formação continuada do professor de língua portuguesa relativo as variações linguísticas, integrada à parte Sociolinguística brasileira. E, posteriormente, a proposta de sequência didática. Sem esse exame, qualquer estudo proposto para a variação linguística, torna-se abstrusa.

Por meio do exposto, considera-se que as unidades linguísticas sistêmicas são regidas por categorias desiguais. De forma, a conter-se a gramática e a produção das expressões linguísticas que segundo Antunes (2014, 130, passim) “além disso, as unidades sistêmicas, quando em uso, adquirem novas funções e estas precisam ser consideradas para o tratamento dado à língua. É necessário ainda entender e, conseqüentemente, considerar” que a norma padrão, culta brasileira “é diferente do sistema linguístico, porém, entre eles há pontos de relação que são importantes para as suas descrições”.

Logo, pode-se, concluir que as orientações apresentadas pelas leis e documentos oficiais do Brasil motiva o professor a trabalhar com as variações linguísticas por ele ser um ser social com *performance*. A LDBE deixa explícito o uso do currículo oculto para currículo real, mas que precisa ser elaborado e implantado pelo gestor escolar, pessoa que assume este cargo por ser um professor. Este trabalho, por sua vez, não quer conclusivo, mas abre algumas reflexões para a prática letiva de sala de aula que deveria ocupar lugar de destaque no cotidiano escolar, pois, através do trabalho orientado para leitura, o aluno deve apreender novos conceitos por meio da pesquisa. Desse modo, ele será capaz de apresentar informações novas, comparar pontos de vista, argumentar e compor textos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, C. C. **As primeiras manifestações linguísticas da língua portuguesa: políticas de línguas nacionais.** *In.*: SALEM, Khalil (org.). *Linguagens em mosaico: da teoria linguística ao prisma literário*, 2012, p. 35-44.

_____. **“Última flor do Lácio, inculta e bela”**: análise dos acordos ortográficos da língua portuguesa entre os países lusófonos. 2008. 78 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Centro de Educação Integrado do Vale do São Francisco (CEIVA), Januária, 2008. Impressa.

_____. **O gênero textual: cartaz informativo.** *In.*: khalil Salem. (Org.). *Linguagem e Conhecimento: teorias e aplicabilidades*. 1ª ed. São Bernardo do Campo, SP: Garcia, 2015, v. 1, p. 64-76.

_____. **Um Estudo das Regras de Uso do Hífen, Segundo o Acordo Ortográfico de 1990.** 2014. 136 f. Dissertação de Mestrado – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2014. Impressa.

BAGNO, Marcos. **Preconceito linguístico o que é, como se faz.** São Paulo, Brasil, Loyola 1999.

_____. **A Língua de Eulália**, São Paulo: Contexto, 1997.

_____. **A norma oculta: língua e poder na sociedade brasileira**. São Paulo: Parábola, 2003.

BASTOS, N. M. O. B.; PALMA, D. V. (Orgs.). **História Entrelaçada 2: a construção de gramáticas e o ensino de língua portuguesa na primeira metade do século XX**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006, pp. 9-15.

BORTONI RICARDO, Stella Maris. **Educação em Língua Materna – A sociolinguística em Sala de Aula**. São Paulo: Parábola, 2006.

BRASIL, MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**/ Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

_____. MEC/Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares do ensino médio**: MEC/SEF, 2000.

_____. **Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio**. Brasília: MEC; SEMTEC, 2002.

_____. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional** [recurso eletrônico]. – 7. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

_____. **Constituição Federativa do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 1988.

CAGLIARI, L. C.. **Alfabetização e linguística**. São Paulo: Scipione, 1990.

FREIRE, Paulo, **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários a prática educativa**: - São Paulo: Terra e paz, 1996 (coleção leitura).

HOHDEN, Humberto. **Novos Rumos para a Educação**. São Paulo: Ed. et, 2005.

PRETI, Dino. **Sociolinguística**: os níveis da fala – um estudo sociolinguístico do diálogo na literatura brasileira. 4 ed. rev. e modificada, com a reelaboração de vários capítulos. São Paulo. Nacional, 1982.

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS. **Conteúdo Básico Comum** – Português (2008). Educação Básica - Ensino Fundamental (5a a 8a séries).